|  |  |
| --- | --- |
| PROCESSO Nº | 1000107078/2020. |
| PROTOCOLO Nº | 1.127.175/2020. |
| INTERESSADO | A. Z. P. |
| OBJETO | INDÍCIOS DE FALTA ÉTICO-DISCIPLINAR CONSTATOS POR MEIO DE ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA. |
| **DELIBERAÇÃO Nº 060/2020 – CEP-CAU/RS** | |

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – CEP-CAU/RS, reunida ordinariamente por meio de videoconferência, no dia 03 de setembro de 2020, no uso das competências que lhe conferem inciso VI do art. 95 do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando que “*o CAU/BR e os CAUs têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo*”, conforme dispõe o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.378/2010;

Considerando que a atividade fiscalizatória tem por objeto “*a exação do exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo abrangendo as atividades, atribuições e campos de atuação dos arquitetos e urbanistas, privativos ou compartilhados com outras profissões regulamentadas, conforme os dispositivos da Lei nº 12.378, de 2010 e da Resolução CAU/BR nº 21, de 2012*” e por objetivo “*coibir o exercício ilegal ou irregular da Arquitetura e Urbanismo, em conformidade com a legislação vigente*”, competindo-lhe “*verificar, na prestação de serviços de Arquitetura e Urbanismo, a existência do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) correspondente, nos termos do que dispõe Resolução específica do CAU/BR*”, conforme dispõem os artigos 4º, 5º e 6º da Resolução CAU/BR nº 022/2012, respectivamente;

Considerando que compete à Comissão de Ética e Disciplina – CED-CAU/RS a análise de admissibilidade das infrações levadas ao conhecimento do CAU/RS pelos meios regulamentares, bem como a instauração e a instrução dos processos ético-disciplinares, conforme o disposto no art. 5º, da Resolução CAU/BR nº 143/2017;

Considerando que, no Processo Administrativo nº 1000107078/2020, o Agente de Fiscalização do CAU/RS, demonstrou que a profissional, arquiteta e urbanista, Sra. A. Z. P., registrada no CAU sob o nº 96027-6, em tese, deixou de observar as normas legais e técnicas pertinentes à execução de atividades de arquitetura e urbanismo, omissão essa que pode ter ocasionado o sinistro no local da obra e, consequentemente, causado lesões em 04 (quatro) trabalhadores;

Considerando os fatos expostos pelo conselheiro relator;

**DELIBEROU**:

1. Por aprovar o relatório e o voto fundamentado do Conselheiro Relator, emitido nos termos do art. 113, § 2º, do Regimento Interno do CAU/RS, para:
2. Submeter à Comissão de Ética e Disciplina – CED-CAU/RS a análise da conduta da Arquiteta e Urbanista, Sra. A. Z. P., registrada no CAU sob o nº 96027-6, que, supostamente, deixou de observar as normas legais e técnicas pertinentes à execução de atividades de arquitetura e urbanismo, omissão essa que pode ter ocasionado o sinistro no local da obra e, consequentemente, causado lesões em 04 (quatro) trabalhadores;
3. Encaminhar à Presidência do CAU/RS para ciência e posterior remessa à Comissão de Ética e Disciplina – CED-CAU/RS, conforme o disposto no art. 12, da Resolução CAU/BR nº 143/2017.
4. Por encaminhar a presente Deliberação à Presidência do CAU/RS para que, nos termos do art. 116, do Regimento Interno do CAU/RS, sejam tomadas as devidas providências.

Porto Alegre/RS, 03 de setembro de 2020.

Acompanhado dos votos dos conselheiros, ROBERTO LUIZ DECÓ e MATIAS REVELLO VASQUEZ, atesto a veracidade das informações aqui apresentadas.

**ORITZ ADRIANO ADAMS DE CAMPOS**

Coordenador da CEP-CAU/RS